

Carta Fabril S.A.

CNPJ/MF: 18.369.472/0001-81

atualizações da estimativa. As provisões para baixa rotatividade nos estoques são constituídas com base no ciclo de suas coleções, em análise mercadológica e análise da expectativa de perda realizada pelo Grupo. Os montantes provisionados são suficientes para cobrir perdas futuras de itens que não possuem movimentação há mais de 365 dias. Os ganhos e perdas em alienações são determinados pela comparação dos valores de alienação com o valor contábil e são reconhecidos em "Outras receitas (despesas) operacionais - líquidas" na demonstração do resultado. e) **Imobilizado:** Registrados ao custo de aquisição, formação ou construção, ajustado ao custo atribuído pela adoção inicial do CPC 27 - Ativo Imobilizado, deduzido de depreciação acumulada e ajustes ao seu valor de recuperação, se aplicável. A depreciação ou amortização é calculada pelo método linear de acordo com as taxas divulgadas abaixo. Reparos e manutenção são apropriados ao resultado durante o período em que são incorridos. O custo das principais renovações é incluído no valor contábil do ativo no momento em que for provável que os benefícios econômicos futuros que ultrapassarem o padrão de desempenho inicialmente avaliado para o ativo existente fluirão para o Grupo. As principais renovações são depreciadas ao longo da vida útil restante do ativo relacionado. Os terrenos não são depreciados. A depreciação de outros ativos é calculada usando o método linear para alocar seus custos aos seus valores residuais durante a vida útil estimada. f) **Impairment de ativos não financeiros:** Os ativos com prazo de vida útil definidos são revisados para a verificação de impairment sempre que fatos ou mudanças nas circunstâncias indicarem que o valor contábil pode não ser recuperável. Uma perda por impairment é reconhecida pelo valor ao qual o valor contábil do ativo excede seu valor recuperável. Este último é o valor mais alto entre o valor justo de um ativo menos os custos de venda e o seu valor em uso. Ativos intangíveis com vida útil indefinida são submetidos a teste de impairment anualmente. Na estimativa do valor em uso do ativo, os fluxos de caixa futuros são descontados ao seu valor presente utilizando uma taxa de desconto antes dos impostos, que reflete o custo médio ponderado de capital para a indústria em que opera a unidade geradora de caixa. O valor líquido de venda é determinado, sempre que possível, com base em contrato de venda firme em uma transação em bases comutativas, entre partes conhecedoras e interessadas, ajustado por despesas atribuíveis à venda do ativo, ou, quando não há contrato de venda firme, com base no preço de mercado de um mercado ativo, ou no preço da transação mais recente com ativos semelhantes. Os ativos não financeiros que tenham sofrido impairment, são revisados subsequentemente para a análise de uma possível reversão do impairment na data de apresentação do relatório. g) **Contas a pagar a fornecedores:** As contas a pagar aos fornecedores são obrigações a pagar por bens ou serviços que foram adquiridos de fornecedores no curso normal dos negócios, sendo classificadas como passivos circulantes se o pagamento for devido no período de até um ano. Caso contrário, as contas a pagar são apresentadas como passivo não circulante. Elas são na prática, reconhecidas ao valor da fatura (valor justo) correspondente. h) **Grupo:** Grupo tem contrato com bancos para estruturar com os seus fornecedores que queixem e aceitassem a operação de risco sacado. Nessa operação, os fornecedores transferem o direito de recebimento dos títulos das vendas de mercadorias feitas ao Grupo, sem direito de regresso, para os fornecedores. Os bancos, por sua vez, passam a ser credores destes títulos. Os títulos a pagar relacionados a essas operações são reclassificados das rubricas de antecipações de fornecedores a pagar, em investimentos. O Grupo possui investimentos em controlada avaliada pelo método de equivalência patrimonial nas demonstrações financeiras individuais. Com base no método da equivalência patrimonial, o investimento é reconhecido inicialmente ao custo. O valor contábil do investimento é ajustado para fins de reconhecimento das variações na participação no patrimônio líquido da controlada a partir da data de aquisição. i) **Empréstimos:** Os empréstimos tomados são reconhecidos, inicialmente, pelo valor justo, no recebimento dos recursos, líquidos dos custos de transação. Em seguida, os empréstimos tomados são apresentados ao custo de mercado, isto é, acrescidos de encargos e juros proporcionais ao período incorrido (pro rata temporis). Qualquer diferença entre os valores captados (líquidos dos custos da transação) e o valor de liquidação é reconhecida na demonstração do resultado durante o período em que os empréstimos estejam em aberto, utilizando o método da taxa efetiva de juros. Se o prazo de pagamento é equivalente a um ano ou menos, os empréstimos são classificados no passivo circulante. Caso contrário, estão apresentadas no passivo não circulante. j) **Subvenções governamentais:** Subvenções governamentais são reconhecidas quando houver razoável certeza de que o benefício será recebido e que todas as correspondentes condições serão satisfeitas. Quando se referir a um item de despesa, o benefício é reconhecido como receita ao longo do período de fruição, de forma sistemática, em relação aos custos cujo benefício objetiva compensar. Quando se referir a um ativo, o benefício é reconhecido como receita diferida, sendo alocada ao resultado em valores iguais ao longo da vida útil esperada do item correspondente. k) **Provisões, incluindo contingências:** O Grupo o parte de diversos processos judiciais e administrativos. As provisões para ações judiciais (trabalhistas, civis, previdenciária e tributária) são reconhecidas quando o Grupo tem uma obrigação presente, legal ou não formalizada, como resultado de eventos passados e é provável que uma saída de recursos seja necessária para liquidar a obrigação e uma estimativa confiável do valor possa ser feita. A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos advogados externos. As provisões são revisadas e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias, tais como prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções fiscais ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais. Outras provisões são mensuradas pelo valor presente dos gastos que devem ser necessários para liquidar a obrigação, usando uma taxa antes de impostos, a qual reflete as avaliações atuais de mercado do valor temporal do dinheiro e dos riscos específicos da obrigação. O aumento da obrigação em decorrência da passagem do tempo é reconhecido como despesa financeira. l) **Imposto de renda, contribuição social e outros impostos:** O imposto de renda e a contribuição social são calculados com base no resultado do exercício, ajustado por adições e exclusões previstas na legislação fiscal em vigor, sendo a provisão para imposto de renda e contribuição social baseada no lucro tributável do exercício. O imposto de renda e contribuição social diferidos são reconhecidos sobre as diferenças temporárias entre os saldos de ativos e passivos reconhecidos nas demonstrações financeiras e as bases fiscais correspondentes usadas na apuração do lucro tributável, incluindo saldo de prejuízos fiscais, quando aplicável. A recuperação do saldo dos impostos diferidos ativos é revisada no final de cada exercício e, quando não for mais provável que lucros tributáveis futuros estarão disponíveis para permitir a recuperação de todo o ativo, ou de parte dele. A avaliação da Companhia está suportada por estudos técnicos de viabilidade, os quais demonstram projeções de lucros futuros tributáveis, permitindo uma estimativa de recuperação de créditos em um período não superior a 10 anos. Além disto, a estimativa da realização do imposto de renda e da contribuição social diferidos envolve as incertezas das demais estimativas. Impostos diferidos ativos e passivos são apresentados líquidos se existe um direito legal ou contratual para compensar o ativo fiscal contra o passivo fiscal e os impostos diferidos estão relacionados à mesma entidade e sujeitos à mesma autoridade tributária. As receitas de vendas estão sujeitas à tributação pelo Imposto sobre a Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS), Imposto sobre o Valor Agregado (IPI), Programa de Integração Social (PIS) e Contribuição para Financiamento da Seguridade Social (COFINS), às alíquotas normais e cujos valores são apresentados como deduções de vendas na demonstração do resultado. Ativos e passivos tributários correntes do último exercício e de anos anteriores são mensurados ao valor recuperável esperado ou a pagar para as autoridades fiscais. m) **CPC 06 (R2) / IFRS 16 - Operações de arrendamento mercantil:** Um contrato é ou contém um arrendamento se transfere o direito de controle de um ativo identificado por um período em troca de contratos. O Grupo reconhece os ativos de direito de uso e os passivos de arrendamento, na data de início do arrendamento. O ativo de direito de uso é mensurado inicialmente pelo custo e subsequentemente pelo custo menos depreciação acumulada e perdas ao valor recuperável, e ajustado pelas mensurações do passivo de arrendamento. O passivo de arrendamento é mensurado inicialmente pelo valor presente dos pagamentos de arrendamento que não foram pagos na data de início, descontando a taxa de juros do contrato de arrendamento, ou se essa taxa não puder ser determinada imediatamente, a taxa de empréstimo incremental da Companhia. Geralmente, a Companhia usa sua taxa de empréstimo incremental como taxa de desconto. n) **Reconhecimento de receita:** De acordo com o CPC 47/IFRS 15 - Receita de Contratos de Clientes estabelece um modelo que visa evidenciar se os critérios para a contabilização foram ou não satisfeitos. As etapas deste processo compreendem: (i) A identificação do contrato com o cliente; (ii) A identificação das obrigações de desempenho; (iii) A determinação do preço da transação; (iv) A alocação do preço da transação; e (v) O reconhecimento da receita mediante o atendimento da obrigação de desempenho. Considerando os aspectos acima, as receitas são registradas pelo valor que reflete a expectativa que o Grupo tem de receber pela contrapartida dos produtos e serviços financeiros oferecidos aos clientes. A receita bruta é apresentada deduzindo os abatimentos e dos descontos, bem como das eliminações de receitas entre partes relacionadas e do ajuste ao valor presente. As divulgações de julgamentos, estimativas e premissas contábeis significativas relacionadas à receita de contrato com cliente são apresentadas no item abaixo (o) Julgamentos, estimativas e premissas contábeis. o) **Julgamentos, estimativas e premissas contábeis significativas:** O processo de elaboração das demonstrações financeiras em conformidade com as Normas Internacionais de Relatórios Financeiros ("IFRS"), divulgadas pelo *International Accounting Standards Board* ("IASB") e de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, requer que a Administração faça uso de julgamentos, estimativas e premissas que afetam os valores de receitas, despesas, ativos e passivos reportados nas demonstrações financeiras e suas notas explicativas. Itens significativos sujeitos a essas estimativas e premissas incluem a vida útil econômica e o valor residual do imobilizado, provisão para perda por risco de créditos, provisão para contingências, recuperabilidade dos ativos e valor justo dos instrumentos financeiros. **Julgamentos:** O uso de estimativas e julgamentos é complexo e considera diversas premissas e projeções futuras e, por isso, a liquidação das transações pode resultar em valores diferentes das estimativas. O Grupo revisa suas estimativas e premissas anualmente. **Estimativas e premissas:** As principais premissas relativas a fontes de incerteza nas estimativas futuras e outras importantes fontes de incerteza em estimativas na data do balanço, envolvendo risco significativo que poderiam causar um ajuste no valor contábil dos ativos e passivos no próximo exercício social, são discutidas a seguir: Provisão para perdas de crédito esperada: A perda estimada em crédito é constituída com base na análise da carteira de clientes, em montante considerado suficiente pela Administração para fazer frente a perdas esperadas na realização dos créditos. Provisão para perdas na realização dos estoques: A provisão para perdas na realização dos estoques está apresentada como redução do saldo de estoques e é constituída em montante considerado suficiente pela Administração para fazer face a eventuais perdas na realização deste saldo, incluindo obsolescência. Provisão para contingências: O Grupo registrou provisão, as quais envolvem considerável julgamento por parte da Administração, para riscos civis e trabalhistas que, como resultado de um acontecimento passado, é provável que uma saída de recursos envolvendo benefícios econômicos seja necessária para liquidar a obrigação e uma estimativa razoável possa ser feita do montante dessa obrigação. O Grupo também está sujeita a reivindicações legais, civis e trabalhistas cobrindo assuntos que advêm do curso normal das atividades de seus negócios. A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos advogados externos. As provisões são revisadas e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias tais como prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções fiscais ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais. Os resultados reais podem diferir das estimativas. A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores significativamente divergentes dos registrados nas demonstrações financeiras devido às imprecisões inerentes ao processo de sua determinação. Vida útil dos ativos imobilizados e intangíveis: A depreciação ou amortização dos ativos imobilizados e intangível considera a melhor estimativa da Administração sobre a utilização destes ativos ao longo de suas operações. Mudanças no cenário econômico e/ou no mercado consumidor podem requerer a revisão dessas estimativas de vida útil. O Grupo adota como procedimento a revisão periódica dos bens do ativo imobilizado com o objetivo de identificar possíveis perdas e efetua também, pelo menos anualmente revisões da vida útil dos bem registrados do ativo imobilizado. Caso sejam identificadas, as alterações serão realizadas de forma prospectiva. Perda por redução ao valor recuperável de ativos não financeiros: A Administração revisa pelo menos anualmente o valor contábil líquido dos ativos com o objetivo de avaliar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas, que possam indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável. Sendo tais evidências identificadas, é o valor contábil líquido exceder o valor recuperável, é constituída provisão para desvalorização, ajustando o valor contábil líquido ao valor recuperável. O valor recuperável de um ativo ou de determinada unidade geradora de caixa é definido como sendo o maior entre o valor em uso e o valor líquido de venda. Mensuração do valor justo dos instrumentos financeiros: O Grupo e suas controladas mensuram os instrumentos financeiros a valor justo em cada data de fechamento do balanço patrimonial. Ao mensurar o valor justo de um ativo ou um passivo, o Grupo usa dados observáveis de mercado, tanto quanto possível. Os valores justos são classificados em diferentes níveis em uma hierarquia baseada nas informações (inputs) utilizadas nas técnicas de avaliação. p) **Normas emitidas, mas ainda não vigentes:** As normas e interpretações novas e alteradas emitidas (Alterações ao CPC 26 (R1) e IAS 8), mas não ainda em vigor até a data de emissão das demonstrações financeiras, não gerarão impactos relevantes nas demonstrações financeiras da Companhia.

31 de dezembro de 2021			31 de dezembro de 2020		
	Carta Goiás	Carta Fabril US	Carta Goiás	Carta Industrial	Carta Fabril US
Participação direta	100%	-	7,46%	92,82%	100%
Participação indireta	-	100%	-	7,18%	100%
Patrimônio líquido	54.783	(376)	230.434	69.697	5
Prejuízo do exercício	(84.915)	(929)	(3.010)	(851)	5
Total dos ativos	1.006.138	3.772	1.107.556	101.055	1.964
o) Movimentação dos investimentos					
Saldo inicial			185.816		190.147
Redução de participação (i)			(69.312)		(2.585)
Resultado de equivalência patrimonial			(79.672)		(1.746)
Realização da reserva de avaliação patrimonial			-		1.746
Ganho de participação em controlada (ii)			17.950		-
Saldo Final			54.782		185.816
(i) R\$69.312 mediante transferência das ações da Carta Industrial à acionista Fluminense. (ii) R\$17.950 mediante transferência das ações da Carta Industrial à acionista Fluminense.					

8. Arrendamento mercantil: Direitos de uso:

Movimentação – Consolidado	Imóveis	Máquinas e equipamentos	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2019	2.159	237	2.396
Adições	-	403	403
Amortização	(454)	(154)	(608)
Saldo em 31 de dezembro de 2020	1.705	486	2.191
Amortização	(357)	(364)	(721)
Saldo em 31 de dezembro de 2021	1.348	122	1.470

Os direitos de uso são amortizados durante o prazo de vigência do contrato de locação e consideram a expectativa de renovação, quando o Grupo pretende exercer esse direito, e de acordo com os termos dos contratos. **Arrendamento mercantil a pagar:** Em 31 de dezembro de 2020, os passivos de arrendamento mercantil são como segue:

	Consolidado
Valor em 1º de janeiro de 2020	2.396
Adições	403
Pagamentos	(608)
Valor em 31 de dezembro de 2020	2.191
Pagamentos	(721)
Valor em 31 de dezembro de 2021	1.470
Circulante	784
Não circulante	686

Em 31 de dezembro de 2021, o saldo do passivo não circulante tem o seguinte cronograma de vencimento:

Fluxos de pagamentos	Consolidado
2023	682
2024	4
	686

9. Imobilizado

	Consolidado					
	2020	Adições	Baixas	Transferências	2021	
Custo						
Máquinas e equipamentos	652.345	11.087	(68.681)	14.606	(16.559)	592.798
Imobilizado em andamento	32.410	6.265	-	(32.796)	(1.457)	4.422
Edificações	65.367	933	(7.489)	-	(21.235)	37.576
Veículos	45.560	636	(3.309)	-	-	42.887
Terrenos	100.903	609	(7.680)	207	(77.008)	17.031
Instalações prediais	69.076	2.236	(398)	10.537	(6.142)	75.309
Obras civis	124.467	325	(2.480)	40.745	(1.782)	127.975
Equipamentos de informática	4.358	463	(38)	1	-	4.784
Móveis e utensílios	2.823	64	(134)	-	-	2.753
Outros	98	12	-	-	-	110
	1.097.407	22.630	(90.209)	-	(124.183)	905.645
Depreciação						
Máquinas e equipamentos	(239.054)	(29.242)	48.159	17	12.577	(207.543)
Edificações	(17.495)	(872)	2.080	-	6.963	(9.324)
Veículos	(28.671)	(5.374)	2.939	(17)	-	(31.123)
Instalações prediais	(19.740)	(5.761)	352	-	3.228	(21.921)
Obras civis	(16.074)	(4.679)	1.032	-	765	(18.956)
Equipamentos de informática	(2.080)	(555)	17	-	-	(2.618)
Móveis e utensílios	(1.542)	(190)	70	-	-	(1.662)
Outros	(24)	(7)	-	-	-	(31)
	(324.680)	(46.680)	54.649	-	23.533	(293.178)
Imobilizado líquido	772.727	(24.050)	(35.560)	-	(100.650)	612.467

(i) Parte significativa das baixas refere-se aos ativos transferidos mediante resgate e consequentemente cancelamento das ações preferenciais de sua emissão no montante de R\$28.428 detidas pelos acionistas Marília Ferreira Araújo Coutinho e Espólio de José Carlos Pires Coutinho. (ii) Em Assembleia Geral Extraordinária realizada em 14 de maio de 2021, publicada no diário oficial em 25 de fevereiro de 2021 e deferida na Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro em 1 de junho de 2021, foi aprovado a redução de capital no montante de R\$69.312 mediante transferência das ações da Carta Industrial à acionista controladora Fluminense S/A. Desta forma, os saldos patrimoniais da Carta Industrial foram desconsolidados do balanço patrimonial consolidado da Carta Fabril em 31 de dezembro de 2021.

	Consolidado				
	2019	Adições	Baixas	Transferências	2020
Custo					
Máquinas e equipamentos	652.900	5.841	(6.396)	-	652.345
Imobilizado em andamento	22.604	10.244	-	(438)	32.410
Edificações	66.296	171	(1.100)	-	65.367
Veículos	46.376	772	(1.826)	-	45.560
Terrenos	98.737	2.166	-	-	100.903
Instalações prediais	68.867	223	(14)	-	69.076
Obras civis	124.270	197	-	-	124.467
Equipamentos de informática	3.859	303	(4)	-	4.358
Móveis e utensílios	2.600	145	(2)	-	2.823
Outros	93	5	-	-	98
	1.086.682	20.067	(9.342)	-	1.097.407
Depreciação					
Máquinas e equipamentos	(214.180)	(30.864)	5.990	-	(239.054)
Edificações	(16.632)	(1.129)	266	-	(17.495)
Veículos	(24.683)	(5.534)	1.546	-	(28.671)
Instalações prediais	(14.109)	(5.957)	326	-	(19.740)
Obras civis	(11.321)	(4.747)	-	-	(16.074)
Equipamentos de informática	(1.573)	(512)	5	-	(2.080)
Móveis e utensílios	(1.328)	(215)	1	-	(1.542)
Outros	(18)	(6)	-	-	(24)
	(283.850)	(48.964)	8.134	-	(324.680)
Imobilizado líquido	802.832	(28.897)	(1.208)	-	772.727

Em 2018, a Carta Goiás realizou seu plano de expansão operacional, sendo os principais destaques: (i) em janeiro de 2018 foi iniciada a operação comercial com uma máquina de dupla largura para fabricação de bobinas de papel (MPG) instalada na unidade industrial de Anápolis; (ii) nova unidade industrial na cidade de Pirai - RJ, a doação de um terreno de 121.437 m² para a construção de uma nova fábrica. Com base em laudos de avaliação contábil preparado por especialistas, foram atribuídos o valor justo desses bens em R\$5.984 para o terreno de Pirai. Conforme normas contábeis brasileiras - CPC 07 - Subvenção e Assistência Governamentais os terrenos foram registrados na rubrica de "Imobilizado" contra uma receita diferida, classificada no passivo não circulante. O Grupo, com base em seu planejamento de deixar na Carta Goiás apenas os ativos que estão atualmente em operação, transferiu para a Carta Industrial os ativos associados à planta industrial de São Gonçalo, os terrenos de Maricá - RJ, o terreno de Niterói - RJ e as benfeitorias realizadas na área de Aracruz-ES. Ademais, a Carta Goiás recebeu da Carta Industrial terrenos de Anápolis - GO onde fica sua planta industrial. E, conforme acima mencionado, o investimento na Carta Industrial foi transferido para a Carta Fabril e posteriormente para a Fluminense Industrial de forma esta empresa deixou de ser consolidada. O saldo total de imobilizado em andamento refere-se a:

	Consolidado	
	2021	2020
Máquinas de papel	973	5.750
Máquinas de fraldas	263	5.137
Plantas industriais	1.780	8.513
Máquinas de conversão	105	9.042
Edificações	156	2.622
Máquinas de absorvente	153	66
Outros	993	1.280
	4.422	32.410

A depreciação e amortização de ativos, exceto terrenos, é calculada usando o método linear para alocar seus custos aos seus valores residuais durante a vida útil estimada, como segue:

	Taxas anuais médias ponderadas de depreciação %
Edificações	2,54
Obras civis	4,07
Instalações	9,10
Máquinas e equipamentos	5,86
Veículos	13,54
Móveis e utensílios	4,15
Equipamento de informática	20,06

Em 31 de dezembro de 2021 e 2020, o montante de R\$201.298 de bens do ativo imobilizado e bens dos acionistas foram oferecidos em garantia de empréstimos e financiamentos, além de hipoteca e alienação fiduciária de certos ativos das fabricas do RJ e GO, pelo valor total de R\$106.527 em 31 de dezembro de 2021 (R\$128.795 em 31 de dezembro de 2020), conforme descrito na Nota 12.i. **Custos de empréstimos capitalizados:** O valor dos custos de empréstimo capitalizados durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2021 foi de R\$4.261 (R\$2.093 em 2020). A taxa média utilizada para determinar o de empréstimo passíveis de capitalização em 31 de dezembro de 2021 foi de 0,84% a.m. (0,66% a.m. em 31 de dezembro de 2020) que representa a taxa efetiva do empréstimo. **Redução ao valor recuperável (impairment):** De acordo com o pronunciamento técnico CPC 01 (R1) - Redução ao Valor Recuperável de Ativos, os itens do ativo imobilizado e intangível, que apresentem sinais de que seus custos registrados são superiores aos seus valores de recuperação, são revisados anualmente para determinar a necessidade de provisão para redução do saldo contábil a seu valor de realização. Para fins de avaliação do impairment, os ativos são agrupados nos níveis mais baixos para os quais existam geração de fluxos de caixa identificáveis separadamente (Unidades Geradoras de Caixa - UGC), de acordo com as visões de análise utilizadas pela administração. O cálculo do valor recuperável dos ativos não financeiros foi baseado no valor justo menos os custos de venda, estimados com base em fluxos de caixa descontados. A mensuração do valor justo foi classificada como Nível 3 com base nos inputs utilizados na técnica de avaliação. A taxa de desconto foi estimada em 13,3% após impostos com base na taxa média ponderada histórica do custo de capital em que a UGC opera. As projeções do fluxo de caixa incluem estimativas específicas para dez anos e margens EBITDA (lucro antes do resultado financeiro, impostos sobre o lucro, depreciação e amortização) consistentes com as atingidas pela Companhia em condições normais de operação. O valor recuperável estimado para a UGCs foi superior ao seu valor contábil, motivo pelo qual nenhuma perda foi reconhecida.



Esta publicação foi feita de forma 100% digital pelo Monitor Mercantil em seu site. A autenticação deste documento pode ser conferida através do QR Code ao lado ou pelo link <https://publicidadelegal.monitormercantil.com.br>

Carta Fabril S.A.

CNPJ/MF: 18.369.472/0001-81

10. Intangível						Consolidado						
		2020		2021		2020		2021		2020		
		Adições	Baixas	Transferências		Adições	Baixas	Transferências		Adições	Baixas	
Custo												
Software		8.425	470	-	367	9.262						
Marcas e patentes (i)		5.310	-	(5.310)	-	-						
Intangível em andamento		367	-	-	(367)	-						
		14.102	470	(5.310)	-	9.262						
Amortização acumulada												
Software		(4.105)	(1.593)	-	-	(5.698)						
Total		9.997	(1.123)	(5.310)	-	3.564						
		2019		2020		2020		2021		2020		
Custo												
Software		8.341	84	-	-	8.425						
Marcas e patentes (i)		5.310	-	-	-	5.310						
Intangível em andamento		-	367	-	-	367						
		13.651	451	-	-	14.102						
Amortização acumulada												
Software		(2.562)	(1.543)	-	-	(4.105)						
Total		11.089	(1.092)	-	-	9.997						

(i) Em julho de 2018, o Grupo adquiriu novas marcas de absorventes, fraldas descartáveis e lenços umedecidos, pelo montante de R\$5.310. Em 30 de setembro de 2021, por questões legais, conforme descrito na Nota 16, o Grupo

baixou o direito de uso das marcas com seu respectivo passivo e passou a reconhecer a operação como contingência cível com risco de perda possível.

11. Fornecedores e antecipação de fornecedores a pagar

		Consolidado	
		2021	2020
Fornecedores nacionais		154.245	105.656
Fornecedores no exterior		15.346	18.858
		169.591	124.514
Circulante		166.111	116.777
Não circulante		3.480	7.737

Parte das importações de matéria-prima são realizadas em moeda estrangeira. Em 31 de dezembro de 2021, os saldos com fornecedores no exterior representavam aproximadamente US\$522 e EUR1.967 (US\$555 e EUR2.500 em 31 de dezembro de 2020). Os saldos registrados no passivo não circulante referem-se a fornecedores para aquisição de equipamentos que possuem vencimento entre os anos de 2023 e 2024. **11.1. Antecipação de fornecedores a pagar:** O Grupo mantém convênios firmados com bancos parceiros para estruturar com os seus principais fornecedores a operação de antecipação de seus recebíveis. Nessa operação, os fornecedores transferem o direito de recebimento dos títulos para o banco, sem direito de regresso, a uma taxa de juros média de 2,75% a.m. para os fornecedores. Os bancos, por sua vez, passam a ser credores destes títulos. O prazo médio de pagamento em 31 de dezembro de 2021 é de 106 dias (115 dias em 2020). O Grupo alcança com essa transição a garantia de liquidez com seus fornecedores.

Consolidado								
		2021		2020		Garantias (i)		
Banco do Brasil	Finame	2,50%	473	909	3.929	-	-	
Banco do Brasil	Finame	7,30%	508	1.525	8.134	-	-	
Bradesco	Finame	SELIC + 4%	28	831	183	-	-	
Bradesco	Finame	SELIC + 5,1%	68	160	324	-	-	
Bradesco	Finame	SELIC+4%	-	50	-	-	-	
Bradesco	Finame	SELIC+4,33%	-	45	136	-	-	
Bradesco	Finame	TJLP + 4%	321	3.849	3.377	-	-	
Bradesco	Finame	TJLP + 5,1%	414	966	1.943	-	-	
Bradesco	Finame	TLP+4,42%	765	1.202	1.717	-	-	
CEF	Finame	TJLP+7,16%	923	2.078	5.541	-	-	
HSBC	Finame	TJLP + 6%	-	-	380	-	-	
Safra	Finame	SELIC + 5,88%	-	-	51	-	-	
Safra	Finame	TJLP + 5,60%	-	-	155	-	-	
Volkswagen	Finame	TJLP+4,90%/SELIC+5,14%	2.444	4.433	7.527	-	-	
BNDES (ii)	Financiamento	3,50%	2.530	2.811	-	-	-	
BNDES (ii)	Financiamento	SELIC+4,45%	4.283	4.545	12.301	-	-	
BNDES (iii)	Financiamento	IPCA+6,59%	60.225	60.934	129.997	-	-	
BNDES (iv)	Financiamento	IPCA+6,49%	280	311	-	-	-	
EDC	Financiamento	EURIBOR + 3%	977	1.108	-	-	-	
FINEP	Financiamento	TJLP+5%	34.516	32.994	-	-	-	
LBBW	Financiamento	EURIBOR + 1,5%	58.237	67.251	-	-	-	
PNC	Financiamento	LIBOR+2,75%	3.127	4.175	-	-	-	
Safra	Financiamento	CDI + 5,66%	-	1.813	-	-	-	
Santander	Financiamento	LIBOR 6M+3%	11.673	12.469	-	-	-	
Banrisul	Giro	CDI+8,73%	-	171	-	-	-	
Banco do Brasil	Giro	CDI+4,6%	39.600	54.000	37.440	-	-	
Banco do Brasil (v)	Giro	5,36%	27.568	14.499	-	-	-	
BBM	Giro	CDI+4,5%	9.990	10.701	-	-	-	
BBM	Giro	CDI+5,00%	2.278	3.905	1.025	-	-	
Bradesco	Giro	CDI+5,38%	3.500	1.833	-	-	-	
BS (vi)	Giro	27,72%	55.040	11.817	-	-	-	
BTG	Giro	CDI+5,95%	77.407	86.558	74.179	-	-	
BTG	Giro	CDI+3,50%	15.000	15.000	-	-	-	
CEF	Giro	CDI+5,03%	8.889	13.333	14.475	-	-	
Citibank (vii)	Giro	CDI+5,00%	22.240	31.176	13.721	-	-	
Citibank	Giro	CDI+5,50%	11.302	11.302	-	-	-	
Citibank	Giro	CDI+4,00%	6.570	6.280	-	-	-	
Citibank	Giro	4,28%	8.371	15.590	11.511	-	-	
Daniele (viii)	Giro	32,48%	21.544	2.764	-	-	-	
Fibra	Giro	CDI+5,53%	-	972	-	-	-	
Guanabara	Giro	CDI+6,16%	-	396	-	-	-	
Guanabara	Giro	9,34%	3.406	5.109	-	-	-	
Quatá Investimentos	Giro	CDI + 8%	5.000	3.824	4.841	-	-	
Quatá Investimentos	Giro	CDI + 17,73%	1.000	1.000	-	-	-	
Safra (ix)	Giro	CDI + 5,66%	15.159	13.861	15.159	-	-	
Safra (x)	Giro	CDI + 5,40%	6.500	6.500	2.600	-	-	
Sifra	Giro	30,00%	10.000	1.000	-	-	-	
Volkswagen	CDC	12,55%	2.534	4.031	6.810	-	-	
Outros	Giro	31,66%	52.346	12.653	-	-	-	
Outros	CDC	10,79%	-	303	-	-	-	
Total			199.332	468.597	463.210	356.872	-	-
Costos e comissões a apropriar				(5.948)	(6.941)	-	-	-
Total dos empréstimos e financiamentos				269.707	134.143	-	-	-
				192.942	322.126	-	-	-

(i) As principais garantias concedidas pela Carta Goiás e seus acionistas são relativas à hipoteca e alienação fiduciária de certos ativos imobilizados, pelo valor total de R\$356.872, sendo: R\$201.298 (R\$201.298 em 2020); máquinas e equipamentos localizados nas respectivas fábricas, pelo valor de R\$106.527 (R\$128.795 em 2020); além de duplicatas a receber de clientes no montante de R\$40.047 (R\$56.740 em 2020). (ii) Em 28 de maio de 2020 a Carta Goiás realizou rolagens de contratos de empréstimos junto ao BNDES com permanência da taxa de juros, carência de nove meses para pagamento da primeira nova parcela e alongamento de um exercício social para finalização do contrato. (iii) Em 28 de maio de 2020 a Carta Goiás realizou rolagens junto ao BNDES com alongamento em um exercício para finalização dos contratos, alteração das taxas de juros de TJLP+4,47% para IPCA+6,59% e obtenção de carência de nove meses para o pagamento da nova primeira parcela. (iv) Até maio de 2020 a Carta Goiás efetuou rolagens junto ao BNDES com alongamento em um exercício para finalização dos contratos, alteração das taxas de juros de TJLP+4,37% para IPCA+6,49% e obtenção de carência de nove meses para o pagamento da nova primeira parcela. (v) Em abril de 2021, a Carta Goiás realizou rolagem junto ao Banco do Brasil, no montante de R\$6.922, com alongamento de três meses para pagamento da última parcela e sem alteração da taxa de juros, o mesmo contrato foi rolado em julho e depois em setembro de 2021, sendo a última rolagem com prorrogação de liquidação da última parcela para setembro de 2022, com alteração no novo contrato da modalidade e da taxa de juros; além disso, no decorrer do ano de 2021 realizou captações no montante de R\$11.530 para liquidações de curto prazo. (vi) Em fevereiro e março de 2021 a Carta Goiás efetuou rolagens junto ao banco BS para postergação de prazo, em dois meses para pagamento da última parcela no montante de R\$3.569, além disso, até dezembro de 2021 realizou captações com liquidação de curto prazo no montante de R\$55.040. (vii) Em agosto de 2018, a Carta Goiás captou o montante de US\$8.489 com vencimento em 5 anos. Em fevereiro de 2020 foi executada uma captação no montante de R\$30.500 para rolagem desta mesma operação com os mesmos vencimentos. Em dezembro de 2020 a Companhia captou junto ao Citibank o montante de US\$3.000 (R\$16.200) para pagamentos trimestrais e vencimento em dezembro de 2022, na mesma data foi contratado um Swap para proteção do dólar inicial fixado em 5,34. Tal linha de crédito é garantida por duplicatas e equipamentos. No decorrer do ano de 2021 a Carta Goiás captou o montante de R\$17.872, dos quais R\$6.570 já foram quitados. (viii) Em fevereiro de 2021, a Carta Goiás realizou rolagens junto ao banco Daniele, no montante de R\$4.730 para postergação do pagamento das últimas parcelas em dois meses, além disso no decorrer do ano de 2021, a Carta Goiás captou o montante de R\$21.544 com liquidações de curto prazo. (ix) Em fevereiro de 2021, a Carta Goiás realizou rolagens junto ao Banco Safra no montante de R\$3.814, com alongamento em um exercício para finalização dos contratos sem alteração na taxa juros e obteve carência para pagamento de dez meses. Em dezembro de 2021 a Carta Goiás realizou captação no montante de R\$6.500 para liquidação em março/2022 com garantias de duplicatas. Em 31 de dezembro de 2021 e 2020, os saldos a longo prazo têm o seguinte cronograma de vencimento:

Ano	2021	2020
2022	-	124.065
2023	87.143	92.909
2024	77.183	80.906
Após 2025	192.942	322.126

Os empréstimos e financiamentos apresentaram a seguinte movimentação em 31 de dezembro de 2021 e 2020:

Consolidado					
		2021	2020		
Movimentação dos empréstimos					
Saldo inicial		456.269	454.548	-	-
Captações		199.332	91.197	-	-
Custo de captação		(1.272)	(8.022)	-	-
Juros e variação cambial		(4.358)	85.065	-	-
Amortização de juros		(41.718)	(44.387)	-	-
Amortizações – principal e variação cambial		(204.320)	(122.132)	-	-
Saldo final		462.649	456.269	-	-

Destacamos abaixo as informações dos principais contratos de empréstimos:

i) Empréstimo BTG: Em 20 de julho de 2018, a Carta Goiás contratou empréstimo junto ao Banco BTG no montante de R\$100 milhões para pagamento em doze prestações mensais de igual valor, sendo a primeira delas com vencimento para agosto de 2019 e a última em julho de 2020. A referida contratação de empréstimos teve como objetivo a compra integral das debêntures emitidas em dezembro de 2017 e posterior cancelamento das mesmas. Em 16 de dezembro de 2019, a Carta Goiás aditiu o contrato de empréstimo com o Banco BTG estabelecendo novo prazo e carência por 12 meses e última parcela para pagamento em dezembro de 2024. Para a operação algumas obrigações foram pactuadas, tais como cláusulas de *covenants* financeiros. **• Dívida Líquida/EBITDA igual ou inferior a 2,80 em dezembro de 2020.** A cada trimestre subsequente este índice permanecerá e será reduzido a 2,00 em dezembro de 2021 mantendo-se assim até o final do contrato. **• Limitação de CAPEX em 31 de dezembro de 2021 no montante de R\$60.000 em 31 de dezembro de 2020.** Para fins deste item, "CAPEX" significa qualquer desembolso ou investimento em bens de capital ou produção da Carta Goiás. **• Limitação de dívida bruta demonstrado abaixo.** Para fins deste item "Dívida Bruta" significa o somatório de todas as dívidas, de curto ou longo prazo, incluindo, mas não se limitando a empréstimos, financiamentos, emissão de valores mobiliários, contraídas pela Carta Goiás.

Exercício findo em: Dívida bruta: menor ou igual a

31 de dezembro de 2020	550.000
31 de dezembro de 2021	475.000
31 de dezembro de 2022	370.000
31 de dezembro de 2023	270.000
31 de dezembro de 2024	175.000

ii) Empréstimo Santander: A fim de financiar a aquisição de máquinas, a Carta Goiás assinou contrato com o Banco Santander em setembro de 2017 e aditivo contratual em maio de 2018 totalizando uma linha de crédito no valor de US\$19.380. Desse montante, o valor de R\$10.268 havia sido liberado até 31 de dezembro de 2019 (equivalente a USD 2.466). O saldo em 31 de dezembro de 2021 é de R\$11.061 (R\$12.361 em 2020). Os pagamentos do contrato tiveram carência até março de 2020 com pagamentos semestrais e vencimento em setembro de 2026. Para a operação algumas obrigações foram pactuadas, tais como *covenants* financeiros e constituição de garantias. Durante a vigência do referido Instrumento a Carta Goiás deverá manter semestralmente, os

Antes da reclassificação		Após reclassificação	
resultante do não-atendimento de covenants		resultante do não-atendimento de covenants	
Parcela de curto prazo	244.507	269.707	
Parcela de longo prazo	218.142	192.942	
Total	462.649	462.649	

13. Impostos, taxas e contribuições a recolher

Consolidado					
		2021	2020		
Impostos correntes					
ICMS normal e substituição tributária		8.368	13.321	-	-
IRRF sobre salários, pró-labore e de terceiros		1.555	748	-	-
Imposto de renda		455	495	-	-
INS e a recolher		29.237	27.222	-	-
Outros		-	145	-	-
		107	193	-	-
Total		39.722	42.178	-	-

Parcelamento de impostos

		Consolidado	
		2021	2020
INSS		14.417	20.727
Emolumentos Fomentar (i)		4.013	5.593
IRPJ e CSLL (ii)		3.080	5.051
IPI		-	1.203
ICMS (iii)		109.195	111.718
Impostos retidos de terceiros		-	1.920
Outros		4.747	5.890
		135.452	150.102
		175.174	192.290
Circulante		57.669	58.275
Não circulante		117.505	134.005

(i) Em junho de 2020, a Carta Goiás incorreu no parcelamento de emolumentos do Estado de Goiás, decorrente da concessão do aumento do crédito do Fomentar conforme descrito na Nota 18.d, sendo o valor de R\$3.523 de principal contabilizado como despesa operacional e R\$2.831 de multa e juros contabilizado no resultado financeiro. (ii) Em fevereiro de 2020, a Carta Goiás obteve homologação de parcelamento de IRPJ no montante de R\$240 referente ao período de 2005 e 2006 para pagamento em 60 meses, sendo o valor de R\$104 de principal contabilizado como despesa e R\$136 de multa e juros contabilizado no resultado financeiro. (iii) Até dezembro de 2020, a Carta Goiás obteve homologação de novos parcelamentos de ICMS no montante total de R\$46.333 compreendidos entre os meses de maio de 2018 a outubro de 2020. Até 31 de dezembro 2021 a Carta Goiás obteve homologação de novos parcelamentos de ICMS no montante total de R\$23.914 compreendidos entre os meses de dezembro de 2020 a novembro de 2021. Desse montante, R\$813 são decorrentes de auto de infração decorrentes de ICMS compreendidos entre 2012 a 2015 não provisionados reconhecido no resultado e R\$1.891 de multa e juros contabilizado no resultado financeiro. O montante dos impostos registrados no não circulante em 31 de dezembro de 2021 têm o seguinte cronograma de vencimento:

		Consolidado			
		2021	2020		
14. Obrigações trabalhistas e previdenciárias					
INSS a recolher		5.047	5.134	-	-
FGTS a recolher		3.418	4.417	-	-
Provisão para férias e encargos sociais		9.452	8.547	-	-
Outros		3.763	203	-	-
		21.674	14.301	-	-

15. Adiantamentos de clientes

		Consolidado	
		2021	2020
Adiantamento de clientes (i)		19.327	3.328
Mercadorias devolvidas		4.021	885
		20.212	4.590

(i) Os valores de adiantamentos são reconhecidos como receita à medida em que as entregas dos produtos são efetivadas.

16. Provisão para contingências: O Grupo é parte em ações judiciais e processos administrativos perante tribunais e órgãos governamentais, decorrentes do curso normal das operações, envolvendo questões tributárias, trabalhistas, aspectos cíveis e outros assuntos. Com base na opinião de seus consultores jurídicos, o Grupo realiza a análise das demandas judiciais pendentes e, com base na experiência referente às quantias reivindicadas, constituiu provisão em montante considerado suficiente para cobrir as prováveis perdas estimadas com as ações em curso. As movimentações das contingências estão resumidas a seguir:

		Consolidado		
		Trabalhistas e previdenciárias	Cíveis	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2019		773	17.044	17.817
Adições e atualização		1.728	315	2.043
Pagamentos		-	(138)	(138)
Reversões		(318)	-	(318)
Saldos em 31 de dezembro de 2020		2.183	17.221	19.404
Adições e				

